

## VIRANDO A PÁGINA: UMA INICIATIVA ESSENCIAL E DE CARÁTER INOVADOR

### TURNING THE PAGE: AN ESSENTIAL AND INNOVATIVE INITIATIVE

**Submetido em:** 04/03/2024 - **Aceito em:** 19/06/2024

LIZ REZENDE DE ANDRADE<sup>1</sup>

ALEX GIOSTRI<sup>2</sup>

---

#### RESUMO

Este relato de experiência descreve a implantação e execução do Projeto Virando a Página, desenvolvido pela Corregedoria Geral de Justiça, do Tribunal de Justiça da Bahia. Seu objetivo consiste em uma análise do Projeto enquanto prática de ressignificação do sujeito por meio do letramento literário, atrelado a construção simbólica do mundo e do sujeito por meio das palavras. O projeto ocorreu no ano de 2023, e contou com a participação de 226 (duzentos e vinte seis) pessoas privadas de liberdade. Como resultado, identificou-se a possibilidade de utilização de novos settings de cuidado em unidades prisionais do estado da Bahia, reforçando o processo de singularidade, isto é, de seu radical pertencimento a si sem abdicar de suas relações com a sociedade.

**Palavras-chave:** Ressignificação do sujeito. Letramento literário. Domicílios prisionais.

---

#### ABSTRACT

*This experience report describes the implementation and execution of the “Turning the Page” Project, developed by the General Judiciary Office of the Court of Justice of Bahia. Its objective consists of an analysis of the Project as a practice of redefining the individual through literary literacy, linked to the symbolic construction of the world and the individual through words. The project took place in 2023 and involved the participation of 226 (two hundred and twenty-six) incarcerated individuals. As a result, the possibility of using new care settings in prison units in the state of Bahia was identified, reinforcing the process of singularity, that is, of their radical belonging to themselves without giving up their relationships with society.*

**Keywords:** Resignification of the subject. Literary literacy. Prison homes.

---

#### INTRODUÇÃO

O Brasil, de acordo com os dados do Sisdepen, sistema de informação estatística do Sistema Nacional de Políticas Penais (Senappen) em 2023, atingiu a marca de 649.592 pessoas privadas de liberdade, mantendo-se no 3º lugar no ranking de países que possuem a maior população carcerária do mundo.

---

1 Graduação em Direito Penal e Processual Penal, Direito Público e Direito Processual Civil. Mestrado em Segurança Pública. Foi Juíza Auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça da Bahia nos anos de 2016/2017, 2020/2021 e 2022/2023. Coordenadora do Projeto Virando a Página, Remição pela Leitura, em 2023, e do Núcleo de Presídios da Corregedoria Geral de Justiça (2022/2023). Atua como Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça.  
**ORCID:** <https://orcid.org/0009-0001-5041-2578>.

2 Graduação em Cinema. Pós-graduação em Roteiro para Cinema e Dramaturgia. É pesquisador em Psicanálise (Freud e Lacan). **E-MAIL:** [giostrieditor@terra.com.br](mailto:giostrieditor@terra.com.br).  
**ORCID:** <https://orcid.org/0009-0002-5922-8264>.

O sistema carcerário nacional enfrentou diversos desafios, desde números alarmantes de superlotações com práticas absolutamente incompatíveis com o que preconiza a Lei de Execução Penal, até a ociosidade, demora no julgamento de processos e ineficiência na oferta de saúde, trabalho e educação. Isso consequentemente torna as garantias constitucionais uma promessa retórica.

Essa situação também é um retrato do sistema prisional da Bahia como um todo. A superlotação é um problema comum, e a falta de recursos muitas vezes impacta a qualidade dos serviços oferecidos à população privada de liberdade. Além disso, a violência e a falta de condições adequadas de infraestrutura também são desafios enfrentados pelo sistema prisional baiano, impactando diretamente o bem-estar da pessoa que se encontra sob custódia.

A contínua repetição de comportamentos criminosos serve como uma representação clara das inadequações presentes no sistema prisional brasileiro. Isto expõe o fracasso em atingir os seus objetivos e garantir a reintegração efetiva dos indivíduos na comunidade. Além disso, representa um grande obstáculo à salvaguarda de princípios constitucionais essenciais. É fato notório, que a desigualdade social tem grande peso na explicação dessa realidade.

Há, de fato, uma diferença entre a legislação e a sua aplicação. Na prática, o sistema carcerário atualmente perpétua e difunde o estigma e a vulnerabilidade (sejam de origem individual, pessoal, social ou institucional) de uma parcela específica da população.

A ADF nº 347 já anunciou o 'estado de coisas inconstitucional' relativo ao sistema carcerário, o que corrobora com a proposição aqui tencionada. O impacto produzido pela falta de acesso à educação, à cultura e a oportunidades de trabalho dentro do sistema prisional reforçam a perpetuação do ciclo de criminalidade e, consequentemente, o colapso do sistema prisional do Brasil. Projetos que promovem o letramento literário e outras formas de educação podem ser fundamentais para que as pessoas privadas de liberdade possam desenvolver novas habilidades, ampliar seus horizontes e se sentirem mais preparadas para uma reinserção positiva na sociedade, o que está bem longe de ser fácil.

Eis aqui, pois o marco referencial que possibilitou que, em maio de 2021, o Conselho Nacional de Justiça aprovasse a Resolução CNJ nº 391, que tem como objetivo o estabelecimento de diretrizes de incentivo ao livro, implicadas com a remição de pena por meio de práticas educativas, em unidades de privação de liberdade.

Tal ato normativo fez com que membros da Corregedoria Geral de Justiça da Bahia levantassem o seguinte questionamento: Com as condições de encarceramento precário, superlotação de presídios e ineficiência de políticas públicas, como possibilitar que, por meio da prática do letramento literário,

a educação possa exercer um papel de ressignificação de homens e mulheres encarcerados do estado da Bahia?

Dessa forma, o Projeto Virando a Página, que se fundamenta na Resolução nº 391/21 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), evidenciou que o contato constante com os indivíduos e o ambiente promove a construção simbólica do mundo e do ser humano pela comunicação, viabilizando a obtenção de conhecimento e de vivências.

O manuscrito em tela será dividido em 5 (cinco) partes: a primeira, de caráter introdutório; a segunda, refere-se à justificativa da importância do projeto; a terceira, trata do percurso metodológico; a quarta diz respeito ao relato em si; e, por sua vez, a quinta refere-se às considerações finais.

## **1. POR QUE ATIVIDADES COMO ESSA SÃO TÃO IMPORTANTES?**

A literatura e a escrita são importantes recursos que proporcionam autonomia para aqueles que as praticam. E não é incomum que a projeção dessas manifestações do espírito se realize das mais diferentes formas e, inclusive, surjam a partir de experiências na prisão. Entre esses exemplos, podemos mencionar clássicos, como Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos, Cadernos do Cárcere, de Antônio Gramsci, e O futuro dura mais tempo, do filósofo Louis Althusser.

A leitura, aliás, é uma ferramenta poderosa e emancipatória com condições de despertar a criatividade e estimular o pensamento crítico. Quando utilizada por quem está em situação de privação de liberdade, sua importância alcança um significado ainda mais relevante. Por essa razão, o acesso a livros e o incentivo a eles é uma valiosa prática para a transformação e a ressignificação pessoal de cada qual submetido à experiência do cárcere.

Afinal, a leitura, entre outras atividades educativas, é uma genuína expressão individual, com potencial de expandir horizontes, estimular a reflexão e inspirar mudanças positivas na vida de toda e qualquer pessoa.

Nessa perspectiva, o Conselho Nacional de Justiça aprovou a Resolução do CNJ nº 391/21, para estabelecer diretrizes de incentivo ao livro, implicadas com a remição de pena por meio de práticas educativas, em unidades de privação de liberdade. Este ato normativo, aliás, compõe um plano mais amplo de estratégias para fomentar a leitura e a literatura nas prisões.

É neste contexto, comprometido com a expansão das atividades educativas e artísticas no cárcere, que surge o Projeto Virando a Página. É sabido que se trata de uma agulha em um palheiro; de um grão de arroz em meio de um arrozeiro; de uma fresta em meio de aproximadamente setecentas mil pessoas que vivenciam a privação da liberdade.

Naturalmente, quando se desenvolve ações como essa, sabe-se que se está reduzindo danos, pois as pessoas privadas de liberdade, não terão as suas histórias pregressas apagadas, esquecidas, camufladas; nada ocultará o presente vivido, o cárcere, a solidão, o medo. O que está e deve estar em foco são as perspectivas futuras, o dali adiante, o da grade para fora, o trilhar sob uma nova ótica, preferencialmente, alicerçado em novas perspectivas de vida.

E, neste sentido, uma das possibilidades – muito eficaz, inclusive -, é a literatura, sendo a leitura um ponto de partida para a descoberta de outras vidas, mundos, novos olhares sob perspectivas distintas, além de ser também uma potente ferramenta possibilitadora de um encontro do sujeito consigo próprio a partir da alteridade, da identificação e, por que não dizer, da empatia, neste caso, sempre através das personagens, ações, conflitos e desdobramentos ficcionais.

Naturalmente, há muito a ser pensado e feito para que haja um restabelecimento social efetivo na vida de cada uma das pessoas presas no Brasil.

Não importa a quantidade de pessoas a ser atingida, os números inacreditáveis de presos, nada disso deve importar, pois, se partirmos de uma premissa como essa, seria a justificativa para que não houvesse projetos como o Virando a Página. O que verdadeiramente se vê, é uma proposta educativa, com construção do letramento com intuito de dar protagonismo e voz a homens e mulheres que vivenciam o silenciamento do cárcere e, com isso, trabalhar, em cada um, o poder de escuta e de escolha a partir e através da leitura, das ludicidades.

## **2. PERCURSO METODOLÓGICO**

### **2.1 Tipo de estudo**

Trata-se de um estudo descritivo-reflexivo, de natureza qualitativa, na modalidade de relato da experiência sobre a execução do Projeto Virando a Página, em unidades prisionais do estado da Bahia. A construção do protocolo de implementação ocorreu no período de janeiro e fevereiro de 2023, em conjunto com a coordenação da Roda de Leitura e da Oficina Literária e a assessoria da Corregedoria-Geral da Justiça, além da contribuição dos profissionais das unidades prisionais.

### **2.2 Etapas de construção do protocolo**

A construção do protocolo deu-se no período de janeiro a fevereiro de 2023, sendo composto por dois momentos. O primeiro momento aconteceu no mês de janeiro, onde foi realizada a revisão da literatura sobre o tema, por meio da busca em bases de dados oficiais, de regulamentações, portarias de outros Estados e na literatura científica. Foi iniciada, também, a elaboração de instrumentos e fluxos, além da organização do Seminário “Virando a Página – Remição pela Leitura” na sede do Tribunal de Justiça. Nesta etapa também

foram realizadas reuniões com profissionais da Secretaria de Administração Penitenciária e de Ressocialização do Estado da Bahia (SEAP) e com outros parceiros da rede.

O segundo momento aconteceu em fevereiro, cujo objetivo foi a apresentação da versão final do protocolo. Para tanto, foram realizados dois encontros, o primeiro para apresentação da primeira versão e discussão do protocolo, com os profissionais ligados ao projeto; no segundo encontro, foi realizado o Seminário “Virando a Página – Remição pela Leitura” e a difusão para todos os Juízes com competência em Execução Penal do Tribunal de Justiça da Bahia, Diretores de Estabelecimentos Prisionais, Coordenadores de Segurança e Pedagógicos, com a alta administração da Secretaria de Administração Penitenciária e outros interessados.

O protocolo divide-se em: (1) critérios de inclusão no projeto, (2) unidades prisionais contempladas no primeiro ano do Projeto, (3) metodologia para realização da Roda de Leituras, (4) metodologia para realização de Oficinas Literárias, (5) Evento de Certificação.

### 3.3. Dimensão do projeto

O cenário de aplicação do projeto estabeleceu-se, no seu primeiro ano, em 12 (doze) unidades prisionais, situadas no estado da Bahia, nos municípios de Salvador, Valença, Eunápolis, Vitória da Conquista, Jequié, Irecê, Itabuna, Barreiras, Juazeiro e Feira de Santana. A seleção ocorreu de forma randômica, com intenção de cobertura das demais unidades prisionais no segundo ano do projeto.

Os participantes foram subdivididos em duas categorias, a primeira destinada à vivência das Rodas de Leitura e a segunda para as práticas de Oficinas Literárias, conforme categorizado nos quadros abaixo:

Tabela 1 – Cenário para construção das Rodas de Leitura

RODAS DE LEITURA			
Participantes	Obras Literárias	Equipe Envolvida	Produto
120 Pessoas Privadas de Liberdade	12	Coordenador Pedagógico do Projeto -Coordenador Pedagógico ou Professor da Unidade Prisional -Polícias Penais -Equipe da Corregedoria	Discussão em Grupo

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Tabela 2 – Cenário para construção das Oficinas Literárias

OFICINAS LITERÁRIAS		
Total de Participantes	Total de Oficinas	Equipe Envolvida
106	7	- Coordenador Pedagógico do Projeto - Coordenador Pedagógico ou Professor da Unidade Prisional - Polícias Penais - Equipe da Corregedoria

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

É importante ressaltar que foram atendidas as exigências de segurança impostas pelas unidades prisionais.

### 3. O RELATO

Na manhã do dia 11 de fevereiro de 2023, por meio do Seminário “Virando a Página – Remição pela Leitura”, promovido pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), por meio da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), nasce o Projeto Virando a Página, objetivando, inicialmente, dar cumprimento à Resolução nº 391/2021 do CNJ, que estabeleceu os procedimentos e as diretrizes a serem observadas pelos Tribunais de Justiça para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade.

O seminário foi dividido em painéis científicos e contou com a participação de atores governamentais e não governamentais, que atuam em pautas de direitos humanos e políticas penais. A vivência possibilitou o compartilhamento de diversos saberes sobre o tema, fora e dentro do Poder Judiciário. O desejo de participar da construção desse novo momento de se pensar (re)integração social, foi plantado para todos que ali estavam. Ao final do encontro, ocorreu a I Roda de Leitura do Projeto Virando a Página, no auditório do Tribunal de Justiça da Bahia, na qual foi discutido o livro *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.



Figura 1 – Seminário Virando a Página



Fonte: TJ/BA (2023).

No percurso de plantar sementes, ainda um pouco sem se dar conta do que estava acontecendo, o Projeto Virando a Página nascia para possibilitar a ressignificação de vozes e o acesso a sentimentos, muitas vezes, inacessíveis. Trazendo um contorno especial para as outras formas de educação, passando não só a estimular a leitura, mas, também, a viabilizar a produção de contos, por meio de oficinas literárias, o que reacendia memórias apagadas pelo cárcere.

As ações nos estabelecimentos prisionais, promovidas quase que artesanalmente, nas primeiras edições, representavam um marco disruptivo ao projeto. Isto porque naquele momento era imperativo o seu papel no rompimento das fortes resistências internas e externas. Também por ter levado o Poder Judiciário para dentro do pátio, com um outro olhar, em um outro contexto. A propósito, a imersão nesse processo, deu-se de forma mútua, pois, a cada encontro, saíamos com a sensação da necessidade de desconstrução.

A abordagem inicial deu-se com a elaboração de duas cartilhas produzidas pela Corregedoria Geral de Justiça, sendo uma direcionada para as pessoas em situação de privação de liberdade e a outra, para a sensibilização e apresentação do projeto a magistradas e magistrados, docentes, assistentes sociais, coordenadoras e coordenadores pedagógicos, servidores em geral e para diretoras e diretores de unidades prisionais.

Para as pessoas privadas de liberdade, além da distribuição das cartilhas, houve o contato direto, quando das inspeções realizadas pela Corregedoria, a fim de esclarecer sobre o direito à remição de pena pela leitura, o que, para muitas delas, ainda era algo desconhecido.

As cartilhas tinham a finalidade de apresentar as etapas para a sistematização das atividades dentro das unidades, a começar pela catalogação das obras literárias; mecanismos para disponibilizar as obras literárias às pessoas privadas de liberdade; as formas para elaboração dos relatórios de leituras;

recebimento dos relatórios de leitura; envio para a comissão de validação (que é formada por pessoas designadas, por portaria, pelas Juízas e Juizes das Varas de Execução Penal) e, por fim, a remessa dos relatórios de leitura e da avaliação da Comissão de Validação à Vara de Execução Penal para o deferimento (ou indeferimento) da remição da pena pela leitura. A cada livro lido é possível remir quatro dias de pena, conforme a Resolução nº 391/21 do CNJ.

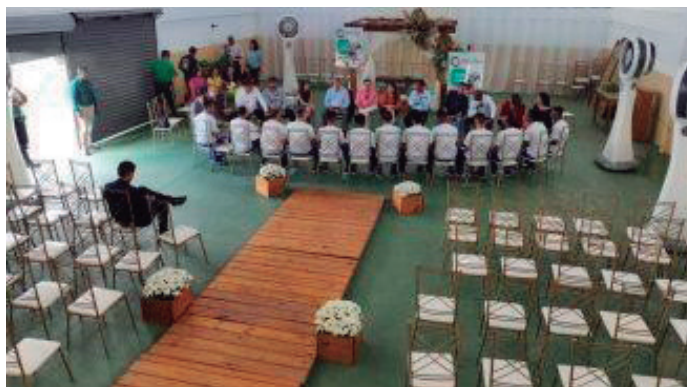
O Projeto Virando a Página enraizou-se nesta perspectiva e, a partir dessa abordagem e intenção, logo desdobrou-se nas Rodas de Leitura. Essas rodas são constituídas de pessoas privadas de liberdade, que, de forma voluntária, aceitam o convite de vivenciar a experiência única, singular e marcante, conduzida pelo coordenador pedagógico do projeto, cuidadosamente convidado, pelo notório reconhecimento ao seu esforço em visibilizar vozes, muitas vezes, silenciadas.

A prática ocorria da seguinte maneira: cerca de um mês antes da data marcada para a Roda de Leitura, o coordenador pedagógico do projeto mantinha contato com a Unidade Prisional e, junto à coordenação pedagógica do estabelecimento, seleciona um título literário a ser trabalhado na vivência, bem como solicita uma lista de possíveis nomes para a participação. As pessoas selecionadas, em geral, 10 (dez) por Roda de Leitura, recebiam um exemplar da obra selecionada, para leitura individual ou entre pares. A obra em algumas unidades era discutida em sala de aula antes da data da Roda. Não há, portanto, como ignorar que as narrativas trazidas nesses encontros, que antecederiam o momento da Roda de Leitura, garantiram todo sucesso do Projeto. Eram nessas trocas que o participante revisitava espaços adormecidos.

Cerca de trinta dias após o início da vivência, todos os participantes do projeto reuniam-se em uma grande Roda de Leitura, que contava com a participação de servidores da SEAP e do TJ/BA, magistradas e magistrados, docentes, assistentes sociais, coordenadoras e coordenadores pedagógicos e demais apoiadores, para discussão do livro.



Figura 2 – Roda de Leitura, Conjunto Penal de Eunápolis



Fonte: TJ/BA (2023).

A Roda de Leitura era conduzida como bate-papo literário, no qual falava-se sobre personagens, ambientações, desfechos, conflitos internos e externos e subjetividades. Não era papel do Projeto estabelecer regras e protocolos que pudessem tornar a vivência enfadonha e desinteressante.

Para participação das pessoas que não possuíam letramento, a condução da vivência se deu por meio da leitura entre pares. Essa abordagem cuidadosa e empática, trazia uma simbologia particular a esse trabalho. O movimento ocorria a partir da leitura da obra literária por um dos pares, a fim de possibilitar que o outro pudesse discutir e externalizar o que compreendeu com a feitura de desenhos ou outras formas de expressão.

Este projeto, especificamente, no ano de 2023, realizou 13 (treze) Rodas de Leitura sob a coordenação da Corregedoria Geral de Justiça da Bahia. Doze delas ocorreram em diversas unidades prisionais do Estado da Bahia e 1 (uma) no Estado do Maranhão, em São Luís, durante o 92º Encontro das Corregedorias dos Tribunais de Justiça (Encocge), onde o Projeto foi apresentado aos Corregedores de todos os estados e do Distrito Federal.

Das unidades visitadas pelas ações do Virando a Página, na Bahia, lista-se:

Tabela 2 – Cenário para construção das Oficinas Literárias

Unidade Prisionais	Obras Literárias	Autores
Conjunto Penal de Valença	Humor com Amor	Macária Andrade
Colônia Penal Lafayete Coutinho	Vidas Secas	Graciliano Ramos

Conjunto Penal de Eunápolis	Tratado sobre Tolerância	Voltaire
Conjunto Penal de Vitória da Conquista	A Cor Púrpura	Alice Walker
Conjunto Penal de Jequié	Anésia Cauaçu	Domingos Ailton
Conjunto Penal de Irecê	O Pequeno Príncipe	Antoine de SaintExupéry
Conjunto Penal de Itabuna	O conto de Aia	Margaret Atwood
Conjunto Penal de Barreiras	Capitães de Areia	Jorge Amado
Conjunto Penal Masculino de Salvador	O Cortiço	Aluísio Azevedo
Conjunto Penal de Juazeiro	Com Amor, mamãe	Analu Leite
Conjunto Penal de Feira de Santana	Capitães de Areia	Jorge Amado
Conjunto Penal Feminino	Capitães de Areia	Jorge Amado

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Considerando que o desenho inicialmente proposto pelo Projeto, apresentava uma delimitação de 10 (dez) participantes por Roda de Leitura, o Virando a Página, no primeiro ano de atuação, atingiu diretamente 120 (cento e vinte) pessoas privadas de liberdade.

Figura 3 – Roda de Leitura, Conjunto Penal de VC



Fonte: TJ/BA (2023).

Partindo de uma nova compreensão, espera-se que as unidades prisionais que receberam o projeto, neste primeiro ano, possam implantar a metodologia em sua rotina de trabalho com os internos, a fim de possibilitar que mais pessoas possam desfrutar dos benefícios trazidos por esta prática.

Nos próximos itens, então, passa-se a reproduzir as informações sobre as Oficinas Literárias.

Após a implementação das Rodas de Leitura, o Projeto Virando a Página foi ampliado para, além de propiciar o acesso aos livros e à leitura, oportunizar às pessoas privadas de liberdade a possibilidade de participarem de oficinas literárias, para criação textual de sua autoria.

As Oficinas estabeleceram-se a partir das ferramentas de construção de texto para fixarem uma linha de comunicação com as pessoas participantes, sempre com minúcias e delicadezas relacionadas às construções emocionais, uma vez que, ao criar algo, lida-se com sensações, sentimentos e emoções. Assim como nas Rodas de Leitura, a coordenação das Oficinas Literárias foi realizada por profissional experiente, convidado a compor a equipe do projeto, devido à sua vasta experiência no tema.

Para cada Oficina, em cada unidade prisional distinta, estabeleceu-se um gênero textual. No total, foram realizadas, no primeiro ano, 7 (sete) Oficinas Literárias, que podem ser assim elencadas:

- a) **CONTOS** – oficina de narrativas curtas, ficcionais. Deu-se a essa Oficina o nome de: PORQUE QUEM LÊ ESCREVE. Foi desenvolvida no Módulo 1, da Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador, destinada ao cumprimento de pena em regime fechado. Participaram 15 homens;
- b) **CRÔNICAS** – oficina de crônicas, realizada a partir de temas e direcionamentos propostos aos participantes. Deu-se a essa Oficina o nome de OLHAR – OLHARES e foi desenvolvida na Colônia Penal Lafayete Coutinho, destinada ao cumprimento de pena em regime semiaberto. Participaram 18 homens;
- c) **DRAMATURGIA** – oficina de textos teatrais, com personagens e ambientações construídos a partir de exemplos práticos em sala de aula. Deu-se a essa Oficina o nome de A VIDA EM CENA – ENCENA. Desenvolvida no Conjunto Penal de Itabuna, destinado ao cumprimento de pena nos regimes semiaberto e fechado. Participaram 15 homens;
- d) **FÁBULAS** – oficina de Fábulas, com leituras de fábulas e diálogos sobre moral, imoral e amoral e maneiras de ver a vida. Deu-se a essa Oficina o nome de E QUEM DISSE QUE NÃO... Foi desen-

- volvida no Conjunto Penal Masculino Salvador, destinado ao cumprimento de pena em regime fechado. Participaram 15 homens;
- e) **POESIA** – oficina de poesia, com leitura de poemas conhecidos nacionalmente e práticas de oratória com microfone em sala de aula e utilização de dicionários de sinônimos, antônimos, rimas e significados. Deu-se a essa Oficina o nome de DAQUILO QUE SINTO. Foi desenvolvida no Conjunto Penal de Juazeiro, destinado ao cumprimento de pena nos regimes semiaberto e fechado. Participaram 13 mulheres;
  - f) **CARTAS** – oficina de cartas. Foram confeccionadas 5 (cinco) cartas com temas relacionados às pessoas e aos parentes e amigos, com muito diálogo e com muita troca de ideias. Deu-se a essa Oficina o nome de A MIM MESMO E A VOCÊ. Foi desenvolvida no Conjunto Penal Lauro de Freitas, destinado ao cumprimento de pena no regime semiaberto. Participaram 14 homens;
  - g) **RELATOS** – oficina de relatos humanos no que diz respeito às dignidades da pessoa; voltada para a reflexão sobre o aprisionamento feminino, as condições, as torturas, os abandonos, as maternidades e as esperanças. Deu-se a essa Oficina o nome de VERDADES – CRUAS E DURAS. Foi desenvolvida no Conjunto Penal de Feira de Santana, destinado ao cumprimento de pena nos regimes semiaberto e fechado. Participaram 16 mulheres.

A estrutura das Oficinas funcionou assim: primeiro dia a apresentação e a desconstrução do que é a escrita, a apresentação da temática selecionada, o porquê das atividades e, já em seguida, as práticas.

A coordenação trabalhou com os participantes em formato circular e foi de mesa em mesa trabalhar texto a texto; abriu discussão sobre temas e possibilidades textuais a todas e todos.

A partir do segundo dia, em geral, as Oficinas fluem com mais facilidade, com o acompanhamento das práticas e troca de informações relacionadas aos temas propostos. Naturalmente, há resistências, mas a experiência do coordenador revela que, em geral, as pessoas mais resistentes são as que mais entregam textos robustos e surpreendentes.

Ao final do terceiro dia, as escritas precisam estar prontas e no quarto dia as revisões e reescritas acontecem; ao final do quarto dia, os textos são entregues.

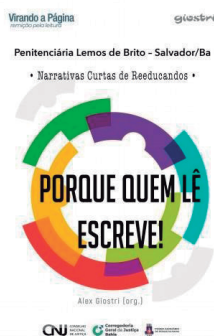
Nas atividades do Virando a Página, no quinto dia, o Corregedor, magistradas e magistrados, representantes da SEAP e participantes das Rodas de Leituras acompanhavam as entregas dos textos e o bate-papo que se dava com a finalização da Oficina. Em média, a publicação do livro ocorreu em até

60 dias após o término de cada atividade. A Corregedoria, para todas as obras, promoveu o lançamento, com direito a autógrafos e a presença de familiares dos (das) autores/autoras.

No total, em 2023, foram realizadas 7(sete) Oficinas e 7 (sete) livros foram publicados. Todos os livros foram financiados pela Giostri Editora, sem qualquer subsídio. As edições de todas as obras foram de 300 (trezentas) unidades, das quais, 10 (dez) por cento, em livros, foram enviadas aos seus respectivos autores e autoras. Em média, 2 (dois exemplares) por autor/a, em alguns casos, 3 (três), mas nunca menos que o estabelecido na Lei 9.610/98 – Lei de Direitos Autorais. Todos os autores e autoras assinaram as declarações de anuência e a documentação relacionada fica armazenada na sede da editora.

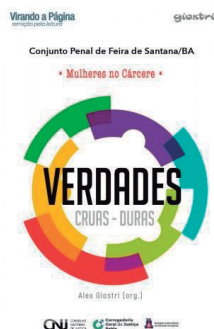
Os livros, nos lançamentos, foram doados às autoridades presentes e podem ser adquiridos no site da Giostri. Os valores de arrecadação são usados para novas publicações, caso necessário.

Figura 4 – Livro produzido na PLB



Fonte: Foto do autor (2023).

Figura 5 – Livro produzido na CPF



Fonte: Foto do autor (2023).

Por fim, todas as pessoas que participaram receberam um certificado, como esse abaixo.

Figura 6 – Certificado de participação das Oficinas Literária



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

As publicações dependem de mais pessoas envolvidas, valores e investimentos. Mas as atividades das Oficinas, não. Tanto que a cada Oficina foi estabelecido o contato com as coordenações pedagógicas das unidades prisionais, a fim de que continuem as práticas de escritas textuais e que repliquem o máximo que puderem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa experiência pode-se entender que as transformações das práticas não dependem somente de protocolos, a dinâmica do trabalho com pessoas privadas de liberdade, difere, simplesmente, de uma unidade para outra. Portanto, produzir um cuidado que reconheça e legitime a autonomia dos sujeitos no seu modo de gerenciamento da sua vida implica no reconhecimento do seu protagonismo na sua própria história.

A escrita é uma poderosa ferramenta de transformação, tanto para aqueles que a praticam quanto para aqueles que leem. Ao ler os contos escritos por pessoas privadas de liberdade, somos desafiados a repensar nossas próprias noções de justiça, de (re)socialização e de empatia. Somos lembrados de que, por trás dos “erros” cometidos, existem seres humanos com história complexas e potenciais de mudança.

O leitor-escritor abstrai as celas e os muros, permitindo expressar suas emoções e sentimentos muitas vezes inacessíveis diante da dura realidade posta ou da qual ele advém. Vivenciar o poder transformador da leitura e da escrita, no âmbito do sistema carcerário, é uma experiência única, singular e marcante.



Não há mais espaço para se pensar em uma justiça criminal efetiva diferente disso. Falhamos, categórica e sistematicamente, enquanto sociedade, até o momento. Reproduzir e, por vezes, aplaudir a barbárie no sistema carcerário é um retrocesso civilizatório. Todos os limites, da constituição, da lei, da humanidade, foram esgarçados, até não mais poder.

Penso que estas questões precisam ser continuamente debatidas para lançar luz sobre a gama de experiências que existem no contexto cotidiano da política penal. Tais experiências devem ser aproveitadas como força para a construção de novas formas de gestão e produção de cuidado. Precisamos vivenciar mais desses espaços para implementar mudanças efetivas nos modelos de atenção em nossas práticas.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **O futuro dura mais tempo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras (1 janeiro 1993).

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Sisdepen**: dados estatísticos do sistema penitenciário. Brasília: MJSP, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>>, acesso em: 12 dez. 2023.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 425, de 8 de outubro de 2021**. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3918>>, acesso em: 14 dez. 2023.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. 31. ed. São Paulo: Record, 1994. v. 1, v. 2.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 31. ed. São Paulo: Record, 1999.